

A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NO COTIDIANO ESCOLAR: UMA ANÁLISE POR MEIO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Gustavo Rossoni Ruy¹

Sandra Mara Santana Rocha²

Ana Nery Furlan Mendes³

RUY, G. R.; ROCHA, S. M. S.; MENDES, A. N. F. A formação para a cidadania no cotidiano escolar: uma análise por meio do projeto político-pedagógico. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umarama, v. 20, n. 2, p. 337-356, jul./dez. 2020.

RESUMO: Este trabalho utilizou a metodologia de Análise de Conteúdo para propor uma discussão sobre os princípios expressos no projeto político pedagógico (PPP), de duas instituições de ensino, que refletem valores de cidadania. Para isto foram analisados os PPPs de uma instituição da rede pública e outra privada. Esse processo culminou na formação da categoria nomeada *PPP e Dimensões Cidadãs*, na qual são considerados e discutidos dados que subsidiam a formação para a cidadania, tais como os objetivos educacionais, a democratização do espaço escolar e o contexto socioeconômico descrito pelos objetos do estudo. Em termos gerais percebe-se que as escolas orientam suas atividades conforme as noções cidadãs, baseando suas práticas em ações que valorizam os sujeitos. Contudo, as propostas evidenciam uma realidade ainda presenciada pela educação brasileira, cujo caráter reside na discrepância social dos cenários

DOI: 10.25110/educere.v20i2.2020.7614

¹Mestre em Ensino na Educação Básica pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Docente atuante no Ensino Médio da rede pública e privada do Espírito Santo. E-mail: gustavorruy@gmail.com

²Doutora em Engenharia Química pela Universidade Federal de Uberlândia em conjunto com a Universidade Federal de São Carlos. Professora e pesquisadora na área de Controle, Gestão e Educação Ambiental. Professora do Departamento de Tecnologia Industrial do Centro Tecnológico da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica e Gestão Pública (UFES). E-mail: rochasms@gmail.com

³Doutora em Química pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente desenvolve trabalhos de docência e pesquisa na Universidade Federal do Espírito Santo (campus São Mateus). Membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica da UFES (PPGEEB). E-mail: ananeryfm@gmail.com

escolar públicos e privados e que demonstram distorções no princípio da equidade educacional.

PALAVRAS-CHAVE: PPP; Cidadania; Escola; Democratização.

CITIZENRY FORMATION IN SCHOOL LIFE: AN ANALYSIS THROUGH THE POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT

ABSTRACT: This paper used a Content Analysis methodology to propose a discussion about the principles expressed in the pedagogical political project (PPP) from two educational institutions that reflect citizenry values. The authors analyzed the PPPs from both a public and a private institution. This process culminated in the formation of the category referred to as *PPP and Citizen Dimensions*, considering and discussing data that subsidize training for citizenry, such as educational objectives, the democratization of school space, and the social-economic context described by the objects of the study. In general terms, it can be noted that schools guide their activities according to citizenry notions, basing their practices on actions that value the individuals. However, the proposals show a reality that is still witnessed by the Brazilian education, whose character lies in the social discrepancy between public and private school settings, presenting distortions in the principle of educational equity.

KEYWORDS: PPP; Citizenry; School; Democratization.

LA FORMACIÓN PARA LA CIUDADANÍA EN EL COTIDIANO ESCOLAR: UN ANÁLISIS POR MEDIO DEL PROYECTO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

RESUMEN: Esta investigación utilizó la metodología de Análisis de Contenido para proponer una discusión sobre los principios expresos en el proyecto político pedagógico (PPP), de dos instituciones de enseñanza, que reflejan valores de ciudadanía. Para ello se analizaron los PPPs de una institución de la red pública y otra privada. Este proceso culminó en la formación de la categoría denominada *PPP y Dimensiones Ciudadanas*, en la cual se consideran y discuten datos que subsidian la formación para la ciudadanía, tales como los objetivos educativos, la democratización del

espacio escolar y el contexto socioeconómico descrito por los objetos del estudio. En términos generales se percibe que las escuelas orientan sus actividades conforme las nociones ciudadanas, basando sus prácticas en acciones que valoran los sujetos. Sin embargo, las propuestas evidencian una realidad aún presenciada por la educación brasileña, cuyo carácter reside en la discrepancia social de los escenarios escolares públicos y privados y que muestran distorsiones en el principio de la equidad educativa.

PALABRAS CLAVE: PPP; Ciudadanía; Escuela; Democratización.

1 INTRODUÇÃO

A democratização da educação, um processo historicamente recente no Brasil, é um fenômeno que gradualmente intensifica a heterogeneidade cultural, política e social das escolas. As ideias de democracia e participação efetiva da população nas tomadas de decisão da vida pública agrega aos aspectos pedagógicos uma dimensão social que se fundamenta em preceitos de cidadania e na valorização dos indivíduos.

Para o Brasil, as noções de uma escola democrática ganharam maior amplitude com a aprovação da Constituição em 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996 (LDB/96). Com o estabelecimento de princípios fundamentais por estes documentos, tais como o direito universal a educação e a valorização dos sujeitos como cidadãos, as redes de ensino passaram por mudanças significativas em suas estruturas organizacionais. Destaca-se, por exemplo, a integração dos conhecimentos disciplinares, na tentativa de minimizar os efeitos da fragmentação do currículo, e a abertura dos processos educacionais internos para as contribuições da comunidade externa (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

O Projeto Político-pedagógico (PPP) é, sob esta perspectiva, um elemento de organização do trabalho pedagógico, cujos princípios estabelecidos fornecem subsídios teóricos, legais e metodológicos, para que os mecanismos de ensino/aprendizagem se efetivem como vias de autonomia entre os pares envolvidos. A elaboração de um PPP é uma ação que apresenta grande complexidade quando executada corretamente. Haja vista que a legislação brasileira especifica que esse processo necessita ser realizado por meio de discussões coletivas entre os atores educacionais

(professores, gestores, alunos, pais, membros do governo, etc.), de forma que sejam estabelecidos diálogos importantes sobre o posicionamento da escola em relação à comunidade que a cerca, principalmente no que tange as intenções da instituição para a educação escolar de seus estudantes (GADOTTI, 1998).

Assim, o Projeto Político-Pedagógico de uma escola consiste em muito mais do que um simples documento burocrático e, muitas vezes, desconhecido pela comunidade escolar. Seu conceito sugere um movimento de rupturas nas relações autoritárias que podem ser estabelecidas entre os pares educacionais. Ao se fundamentar em diálogos e participações democratizantes o PPP possibilita aos envolvidos o desenvolvimento de uma concepção crítica da realidade escolar e social, em que “[...] a função do projeto é justamente ajudar a resolver os problemas, transformar a prática e, no limite, tornar menor o sofrimento” (VASCONCELOS, 2006, p.172).

As tendências democráticas introduzidas por meio do PPP têm promovido modificações estruturais e ideológicas nas instituições escolares, cujo trabalho pedagógico passa a objetivar uma melhoria na qualidade dos processos de ensino/aprendizagem. Além disso, o ‘fator democracia’, presente no documento, remete a formação de uma identidade autônoma pelos sujeitos e, ao mesmo tempo, constrói novas interações ‘sócio pedagógicas’ entre eles, que se desdobram nas vivências reais em sala de aula, por intermédio das interferências do currículo, prescrito e vivido, e suas dimensões práticas e metodológicas (VEIGA, 2005).

Em contrapartida, a permanência de relações autoritárias na dinâmica escolar ocorre, entre outros fatores, porque o PPP não é compreendido, de fato, como um instrumento de modificação para o qual foi elaborado. Grande parte das escolas ainda mantém tais documentos guardados em locais desconhecidos pela comunidade escolar, e isto, segundo Klein e D’Água (2015), insere uma função apenas burocrática para o PPP. O distanciamento do contexto local pode provocar fragilidades nos processos de ensino/aprendizagem, além de descaracterizar as finalidades do PPP, o tornando simplesmente um instrumento comprobatório, inerte e descontextualizado.

Sob esta perspectiva, as interações estabelecidas na sala de

aula e o próprio aprendizado, são também descaracterizados, seja pela instituição escolar que destoa do meio social em que se insere ou pelo não gerenciamento das propostas metodológicas de ensino. Isto porque se o PPP não é conhecido pelos professores e demais atores educacionais, as fragmentações do currículo e os paradigmas da educação ainda poderão se fazer presentes no cotidiano educacional, desconstruindo os objetivos de uma formação para a cidadania (RESENDE, 2005).

Para minimizar este erro e se criarem condições favoráveis de vivência entre os indivíduos que adentram o espaço escolar, o PPP deve ser um instrumento viável, no sentido de aproximar a escola do contexto social e também de ação coletiva, procurando promover o debate, o diálogo e a construção afirmativa de um sujeito cidadão. São as inter-relações dialógicas estabelecidas entre o PPP e o contexto escolar que irão favorecer a formação cidadã dos envolvidos nos processos de ensino/aprendizagem e fomentar mudanças na realidade local. Cita-se, para justificar essa assertiva, o caso de uma escola da periferia urbana de Ijuí, Rio Grande do Sul, estudado por Santiago e Zasso (2005), que por meio da busca pela transformação de toda a estrutura organizacional e pedagógica da escola, foi possível elaborar, com participação efetiva de toda a comunidade, um Projeto Político-Pedagógico real, inclusivo, participativo e que tratava diretamente das necessidades do contexto local.

Sendo assim, a escola deve conceber de forma real, em seus documentos e nas relações interpessoais, os pressupostos básicos para a valorização do indivíduo e de sua formação cidadã. Como ressalta Veiga (2005), é por meio dos princípios de igualdade, qualidade do ensino, valoração do magistério, gestão democrática e liberdade, que o PPP se firmará como instrumento de consolidação de uma sociedade mais justa e se tornará um instrumento de comprometimento com a educação para o futuro.

Diante do exposto, o presente artigo tem por objetivo discutir se os Projetos Político-pedagógicos subsidiam as práticas educativas para a cidadania nos espaços formais de ensino, utilizando as propostas de duas escolas com realidades distintas localizadas no município brasileiro de Linhares, estado do Espírito Santo.

2 METODOLOGIA

Este estudo desenvolveu-se a partir da análise dos Projetos Políticos-Pedagógicos (PPPs) de duas escolas do município de Linhares – ES, sendo uma de natureza pública e a outra privada. Esta análise objetivou coletar informações que permitissem investigar como a formação cidadã dos sujeitos (atores educacionais) está expressa nestes documentos, bem como os fatores que podem influenciar e contribuir para o fortalecimento da democracia.

A abordagem de natureza qualitativa foi utilizada tanto nos procedimentos de coleta, levantamento de dados bibliográficos e aquisição dos objetos (PPPs), quanto na fase analítica, sendo nesta utilizado um método específico denominado Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), a partir do qual se estruturam os resultados. Com base nesse contexto, a pesquisa bibliográfica (Gil, 2008) forneceu o aporte teórico necessário para a discussão estabelecida nos resultados e as etapas executadas da pesquisa documental (Moreira e Caleffe, 2008) estabeleceram-se como importantes eixos para a apropriação dos PPPs.

Os procedimentos analíticos consistiram no tratamento das informações obtidas na coleta dos PPPs. Essa etapa foi realizada empregando à metodologia de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011), pela qual se objetiva conhecer os conteúdos explicitados nas mensagens transmitidas pelos objetos analisados. Este método é um processo reflexivo e dinâmico, já que exige do pesquisador uma significação da mensagem expressada. Desta maneira, para analisar um conteúdo, é necessário certo rigor metodológico que permita sequenciar, mas nunca de maneira restrita, as etapas desse processo, originando assim dados coerentes com a realidade. Bardin (2011) e Moraes (1999) destacam algumas etapas distintas, e retroativas, a partir das quais os dados, considerados como o *corpus* da pesquisa, podem ser trabalhados:

- A pré-análise que consiste na etapa inicial do processo, caracterizada pela unitarização e categorização dos dados;
- A exploração do material que se refere a uma análise com maior atenção dos conjuntos de dados obtidos na pré-análise, buscando homogeneidade e coerência;

- A elaboração de inferências e textos interpretativos que constitui um movimento de grande reflexão, pois requer do pesquisador constante (re)construção de seus significados e comunicação com o aporte teórico.

A unitarização consiste no agrupamento de dados em que o conteúdo apresenta um grau de proximidade muito elevado. Desta maneira formam-se as unidades de registro utilizadas na fase da categorização dos elementos. A construção de toda categoria deve levar em consideração uma série de critérios que permitem defini-las dentro do contexto real da pesquisa. É importante, então, a elaboração de categorias que sejam: válidas (ligadas à situação pesquisada), exaustivas ou inclusivas (capazes de comportar as unidades de significado criadas na unitarização), homogêneas (as categorias devem ser criadas em um único eixo norteador) e objetivas (que garanta consistência às categorias formadas) (BARDIN, 2011).

Os PPPs analisados forneceram um rico contexto para o desenvolvimento da pesquisa. Foi possível a elaboração, *a posteriori*, de duas categorias gerais uma denominada ‘PPP e Dimensões Cidadãs’, a qual se destina a discussão deste artigo, e a outra nomeada ‘PPP e Dimensões Pedagógicas’, que não será discutida, mas que subsidiou algumas reflexões sobre a categoria 'objeto da análise.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. Categorização dos dados

A construção da categoria ‘PPP e Dimensões Cidadãs’ ocorreu por meio da organização de dados em que estão descritos os objetivos da formação escolar e os aspectos socioeconômicos que constituem o contexto interno das instituições participantes. As unidades de registro e outras informações sobre esta categoria estão destacadas no Quadro I.

Quadro I: *Corpus* analítico da categoria: PPP e Dimensões Cidadãs

Unidades de Significado	Subcategoria	Unidades de Registro	Síglas do Registro	Categoria
Democracia Cidadania	(A) Democratização da Escola	(a) Objetivos Educacionais; (b) Preceitos Filosóficos; (c) Parcerias Estabelecidas; (d) Avaliação do Aspecto Quantitativo/Qualitativo a partir da Autorização	DiCi1a à DiCi1d	PPP e Dimensões Cidadãs
		(a) Objetivos da Educação Escolar; (b) Princípios Éticos; (c) Princípios Estéticos; (d) Valores defendidos pela instituição; (e) Missão; (f) Parcerias estabelecidas com a comunidade local visando a interação entre processo de ensino e aprendizagem e a vida cidadã	DiCi2a à DiCi2f	
Contexto Socioeconomico	(B) Aspecto Social da Escola	(e) Perfil dos alunos e da comunidade local	DiCi1e	PPP e Dimensões Cidadãs
		(g) Caracterização da demanda atendida pela escola e da comunidade que se insere;	DiCi2g	

Fonte: dados dos autores

O índice de registros é formado pelas siglas DiCi1 (escola privada) e DiCi2 (escola pública), que fazem referência às palavras ‘Dimensão’ (Di) e ‘Cidadania’ (Ci). Cada uma destas unidades foi acrescida de letras em ordem alfabética que correspondem aos itens extraídos dos PPPs. Estas ações são necessárias, pois constituem a etapa de unitarização da metodologia e garantem a confidencialidade das informações sobre as escolas participantes. Além disso, a categoria ‘PPP e Dimensões Cidadãs’ foi dividida em duas subcategorias, que buscam facilitar a compreensão e análise dos resultados:

- Subcategoria A ‘Democratização da Escola’: é composta pelas siglas de registro DiCi1a até DiCi1d, e, DiCi2a até DiCi2f. Estas unidades apresentam conteúdos em que são fomentadas as questões que envolvem a democratização do espaço escolar. São informados os objetivos educacionais, que transitam entre o plano social e pedagógico da escola e, as políticas institucionais em que estão descritas, as posições das escolas frente à comunidade que integra seu espaço, interno e externo.
- Subcategoria B ‘Aspectos Sociais da Escola’: é indexada pelas siglas de registro DiCi1e/DiCi2f. Os dados utilizados para a formação da subcategoria descrevem as características socioeconômicas da população majoritária (alunos) que compõe o

espaço escolar. A análise a que se propõe este trabalho concentra-se em dois aspectos deste contexto: as classes e os níveis sociais.

Tendo em vista as descrições acima, as unidades de significado utilizadas na construção do *corpus* da pesquisa são comuns a todos os registros e foram nomeadas com base nas discussões sobre o PPP destacadas em trabalhos como os de Veiga (2005) e Vasconcelos (2006). Esses critérios fomentam uma análise voltada aos aspectos sociais que envolvem o cotidiano de instituições escolares. A interpretação da categoria é subsidiada pelas obras de autores como Gadotti (1988), Perrenoud (2005) e, nos documentos que orientam a educação brasileira. Assim, a categoria ‘PPP e Dimensões Cidadãs’ é composta por uma série de dados relativos aos padrões sociais expressados nos documentos da pesquisa. Sua investigação permite a compreensão da dinâmica pedagógica nas escolas bem como refletem os deveres a serem assumidos pelos indivíduos dos processos de ensino/aprendizagem.

A análise dos PPPs elencou discussões sobre alguns pontos que consideramos importantes para a compreensão inicial de como a formação para a cidadania é concebida no espaço escolar. Esta característica da educação torna-se a base para o planejamento e execução das ações educativas junto aos estudantes, sendo sua efetivação mediada pelos vários elementos que integram o cotidiano de uma escola, tais como o PPP.

Segundo Veiga (2005), o projeto político e pedagógico é um plano de intervenção escolar elaborado para orientar as ações pedagógicas da instituição. Trata-se, portanto, de um conjunto de ideias que organiza o funcionamento da escola e estabelece as funções, deveres e direitos de cada ator educacional. O plano de ação que forma o PPP é político, pois incide na formação pessoal do aluno e, pedagógico, uma vez que também descreve como os objetivos educacionais podem ser alcançados na prática cotidiana da sala de aula.

3.2. TEXTOS INTEPRETATIVOS

3.2.1. Subcategoria A: Democratização da Escola

Os princípios que contribuirão para a construção da democracia

no cotidiano escolar devem ser suscitados através do PPP. Tratando-se desse elemento especificamente, é importante que a formação cidadã dos alunos e dos demais atores educacionais seja o eixo central na elaboração das ações educativas que serão desenvolvidas em cada escola. Portanto, as propostas político-pedagógicas necessitam expressar os objetivos educacionais, a situação social dos alunos, além das ações que permitirão a comunidade, interna e externa, participar da tomada de decisões nestes ambientes.

Nos PPPs analisados, os objetivos educacionais das duas instituições estão formulados com base nas orientações dispostas em documentos oficiais como a LDB/96 e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). A finalidade dos processos educativos constitui a base política da escola, uma vez que incidem sobre a formação pessoal de cada sujeito integrante da dinâmica escolar, em especial nos estudantes.

[...] a escola tem por objetivo formar alunos com sólidos conhecimentos e habilidades, que desenvolvam hábitos intelectuais e técnicas de trabalho que lhes permitam prosseguir os estudos com competência [...] (citado em DiCi2a).

Para o Ensino Médio, por exemplo, ambas as propostas pedagógicas defendem que o objetivo desta etapa é subsidiar a formação crítica e reflexiva do aluno, além de proporcionar momentos de vivência coletiva e instigar o interesse pelos meios científicos e tecnológicos. Ou seja, prover as bases para uma vida em sociedade pautada no respeito e diálogo. Essa tendência é a mesma encontrada nos PCNs, que fortaleceram a disseminação dos ideais de cidadania dentro das instituições de ensino e traduzem, através do PPP, as possibilidades elencadas a nível nacional para o contexto particular de cada escola.

Há uma concordância, portanto, quanto a finalidade do ensino fornecido em cada instituição escolar. A organização legal (LDB), as orientações curriculares (PCN, DCNEM, etc.) são fatores que permitiram essa ‘unificação’ no que diz respeito aos aspectos formativos da escola. Os PPPs, de uma maneira geral, tendem a pontuar a formação para a cidadania como o principal objetivo das ações pedagógicas que serão desenvolvidas ao longo do ano letivo. Portanto, como sugere o trecho

referente à sigla DiCi1a, educar não é apenas um ato de transferência de conhecimento, mas um conjunto de ações que visam:

[...] proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades para a sua auto realização (sic.), preparação para o exercício consciente da cidadania, preparação para o mundo do trabalho e prosseguimento de estudos (citado em DiCi1a).

A adoção de perspectivas educacionais que levam o aluno a se compreender como um agente em formação, e ao mesmo tempo, que transforma sua própria realidade, como afirma Vasconcelos (2006), não pode mais ser concebida apenas no âmbito teórico. É necessário que a escola efetive, por meio de seu PPP e de suas práticas internas, uma real contribuição na construção social do aluno.

O PPP é um elemento que integra a cidadania como uma proposta formativa ao ambiente educacional. Uma característica destacada pela possibilidade de transformação que o PPP pode provocar no cenário escolar. Evidencia-se este fato pela forma como o documento se desdobra sobre todos os ‘eixos da máquina escolar’ e, se os princípios defendidos por ele convergem para ações democráticas de participação e desenvolvimento social dos sujeitos, a escola passa a ser um espaço real de formação cidadã, por inserir no seu cotidiano práticas dialógicas e sociais. Embora, para que isto ocorra, é necessário que os atores educacionais conheçam e vivenciem os princípios dos PPPs em suas atividades escolares cotidianas.

Desta forma, assumindo sua realidade, no cotidiano e temporalidade, a escola aqui explicita sua missão: consolidar-se como espaço privilegiado de construção do conhecimento, oportunizando aos alunos o acesso ao saber sistematizado e viabilizando a formação de competências e habilidades, por meio de respeito às diferenças e da integração dos saberes, contribuindo assim, para o exercício da cidadania plena e a inserção e transformação social (citado em DiCi2f).

A efetivação destes objetivos, entretanto, dependerá de uma comunicação entre os diversos elementos que formam a escola, tais como infraestrutura, níveis socioeconômicos, organização hierárquica, recursos pedagógicos, que constroem o cotidiano escolar e, quando explicitados no texto do PPP, justificam as intenções políticas deste instrumento. Chagas e colaboradores (2014) indicam que existe uma relação intrínseca entre as condições estruturais da escola e seu funcionamento interno, caracterizada pelos impactos da infraestrutura sobre os processos de ensino/aprendizagem. Ou seja, são as dimensões físicas e pedagógicas da escola, que mantidas em equilíbrio, se tornam atrativo para que o aluno desenvolva suas concepções sociais e fomente perspectivas de crescimento pessoal.

Neste sentido, uma educação de natureza democrática se consolida, gradualmente, quando o PPP passa a ser esta 'linguagem universal' utilizada pelos elementos escolares que, dessa forma, tendem para o mesmo objetivo: conceber o aluno como um ser social. A democratização das instituições escolares promulgada na LDB de 1996 abre os processos educativos para a colaboração dos diversos sujeitos que compõem a escola (professores, alunos, comunidade, equipe gestora, etc.) e, o PPP, como instrumento de formação cidadã, necessita ser uma construção coletiva, inclusiva e coesa, que ouça as vozes dos indivíduos e efetive as reais necessidades destes nos projetos da escola.

[...] o Projeto Pedagógico é elaborado com a participação da comunidade escolar, levando-se em consideração as especificidades, dos níveis de ensino, as áreas do conhecimento, a legislação em vigor, os princípios filosóficos e teórico-metodológicos (citado em DiCi1d).

[...] o conselho desta escola é composto por representantes de todos os seguimentos da comunidade escolar e da comunidade local, que foram escolhidos através de processo eleitoral no âmbito da unidade escolar (citado em DiCi2f).

Além de teorizadas, estas afirmações precisam se efetivar no cotidiano escolar. Se a participação da comunidade nas decisões da

escola é verificável e real, pode-se deduzir a existência de contribuições significativas para a formação cidadã dos sujeitos do espaço escolar, bem como a instituição de subsídios que, internalizados pelo indivíduo, podem promover rupturas em seus padrões de vida. Contudo, se isto não ocorre, existe a perda da dialogicidade defendida por Freire (1987) e teremos ainda uma sociedade viciada nos processos de opressão, na desconstrução social dos indivíduos e na sua exploração sistemática.

Se o que se almeja realmente é uma escola democrática e responsável pela formação de uma sociedade justa, então é necessária a elaboração de uma proposta pedagógica que integre escola e comunidade através da promoção de diálogos fundamentados em práticas emancipatórias e, que sejam consolidados no ambiente escolar como instrumento primordial de uma formação cidadã plena de seus alunos (VASCONCELOS, 2006).

Gadotti (1998) discorre nesse sentido que a democratização da escola não deve apenas firmar-se sobre a ótica teórica, mas necessita fundamentar-se nas práticas reais de inclusão de todos os agentes do processo educativo em uma estrutura coletiva de participação, que objetiva acima de tudo a legitimação do aluno – foco principal das ações escolares. Portanto, conceber uma proposta pedagógica com esta visão é movimentar-se contra os ideais opressores que ainda permanecem em muitos contextos escolares, e mais, é permitir uma aprendizagem vivencial para o aluno, tornando-o agente de sua própria formação. A aprendizagem se tornará mais prazerosa se o discente participar das decisões internas que também fazem parte da sua vida escolar.

3.2.2 Subcategoria B: Aspectos Sociais da Escola

A escola apresenta uma característica socioeconômica que a define dentro do meio social. É importante que o PPP descreva a situação econômica em que se encontram os alunos e a comunidade que integra o ambiente de ensino. Com base nos PPPs analisados, nota-se a explicitação do contexto social da população majoritária (alunos) que integra a instituição e, neste sentido, revelam duas realidades socioeconômicas bem distintas. Em um dos documentos os discentes são caracterizados como:

[...] filhos de empresários, profissionais liberais,

trabalhadores da indústria, comércio e funcionários públicos, formando uma clientela bastante diversificada, predominando os níveis sócios econômicos provenientes das classes sociais A, B e C (citado em DiCi1b).

Demonstra-se assim, a presença de um alunado cujas situações econômicas são relativamente estáveis e permitem fácil acesso aos recursos do mundo globalizado como viagens, equipamentos eletrônicos, internet, etc. No entanto, em outro extremo se verificam as condições menos favorecidas de grande parcela da população de regiões periféricas, das quais os alunos advêm de ambientes,

[...] com redutos de extrema pobreza e marginalidade
[...] de uma comunidade em que as atividades econômicas estão ligadas à agricultura, prestação de serviço e trabalhadores de empresas locais (citado em DiCi2b).

As realidades apresentadas desdobram-se sobre a formação do estudante, uma vez que a aprendizagem destes se interliga aos fatores históricos e culturais aos quais estão inseridos. Portanto, as condições sociais do aluno também contribuem na construção de suas capacidades cognitivas, ampliando ou reduzindo as interpretações do ambiente e as percepções destes indivíduos enquanto integrantes de um contexto social (VYGOTSKY, 1991).

Entende-se desta maneira que se a escola, por meio de seus princípios norteadores, considera a realidade de seus sujeitos, as práticas cotidianas da sala de aula terão subsídios necessários para dialogar com este aluno. No que tange a formação para a cidadania, concorda-se que se os discentes têm seus conhecimentos ampliados, maiores são as chances de ocorrer à melhoria de suas qualidades de vida e assim de tornarem-se cidadãos conscientes (GADOTTI, 2000).

[...] todo trabalho aqui desenvolvido tem a preocupação de contribuir para a formação do aluno, a partir de suas características afetivas e cognitivas, considerando seu contexto sociocultural, o que ele

sabe e o que é necessário que ele saiba para viver melhor (citado em DiCi2d).

Contudo, interliga-se a estas premissas uma destoante realidade oculta. Como estão em análise propostas de cenários distintos do meio educacional, nota-se que os documentos identificam certa desigualdade que ainda se sobressai no cenário educacional brasileiro. Como aponta o estudo de Costa e Bartholo (2014), a manutenção das desigualdades sociais também pode ser percebida no cotidiano das escolas, e este fenômeno torna-se corresponsável na formação cidadã do sujeito e, se mantido nas relações de sala de aula, resultam na perpetuação das características de opressão. *E como esta corresponsabilidade se apresenta?* Ora, nos recursos disponíveis para a integração aluno/ambiente, na gestão das verbas, na promoção de práticas vivenciáveis, ou seja, no projeto da escola.

A gestão escolar pública e a privada, ainda que organizadas pela mesma legislação, serão sempre dissociáveis, pois enquanto no primeiro contexto vivenciam-se situações de extrema falta de recursos e de um mau gerenciamento das verbas educacionais, no segundo cenário lidamos com a situação inversa, em que a educação, como um produto, engloba as características mercadológicas e se traduz em aplicações reais do investimento de seus ‘clientes’.

Para presenciar estas distorções educacionais, basta adentrarmos nestes espaços e prontamente analisar os seus PPPs, o que já demonstra uma distinção social. Quando se vivencia este fenômeno tem-se a certeza de que a educação para todos é apenas uma premissa teórica, uma vez que na rede pública temos a ação de construções políticas corrompidas e intencionadas apenas na quantidade e não na qualidade do ensino. Já nas escolas particulares, situam-se ações que prezam pelo desempenho e qualidade, uma vez que os pais pressionam o sistema por atribuírem um valor financeiro a ele e, desta forma, a escola se vê obrigada a responder a estas pressões externas por meio de resultados reais e satisfatórios.

Especificamente, no produto, que é a aula, investimentos como Seminários de Melhores Práticas são realizados, com frequência semanal, na escola (citado em DiCi1e).

Embora os PPPs analisados apresentem-se, em termos estruturais e econômicos, dissociados, pode-se notar que existe um consenso

pedagógico formativo por parte desses documentos. Ambas as propostas afirmam que é através dos atos educativos efetivados em sala que os sujeitos criam novas visões de mundo e, por isso, é importante promover um movimento dialógico na construção do conhecimento, em que,

[...] questões sociais sejam apresentadas para a aprendizagem e reflexão dos alunos a partir da discussão sobre a legitimidade de práticas e valores consagrados em nossa sociedade (citado em DiCi2c).

Cabe ao PPP então determinar os caminhos da formação para a cidadania e, mais que isso, de tornar-se um elemento decisivo na luta contra as desigualdades camufladas no espaço interno da escola. “Neste sentido, a função social da escola revela sua dimensão política na perspectiva de construir coletivamente a qualidade do ensino e da aprendizagem pela via de um Projeto Político-Pedagógico autônomo e democrático” (FEIGES, sem notas tipográficas).

Em uma visão Educacional baseada em princípios cognitivos e humanistas, proativa ao ponto de transformar a realidade dos agentes envolvidos no processo de ensino/aprendizagem (citado em DiCi1c).

Neste sentido, acrescentamos nosso firme propósito em ser uma escola que ensina o que é necessário e significativo, respeita e integra o saber do educando e da comunidade e compromete-se com a emancipação humana, como eixo norteador da conquista da cidadania (citado em DiCi2f).

Quando a comunidade escolar conhece o PPP, estes instrumentos apresentam uma significativa contribuição para que os paradigmas educacionais possam ser minimizados. Acreditamos assim, que a educação para a cidadania terá maiores condições de ser efetivada no cotidiano da escola, se estas assumirem de fato a sua função como agente de transformação social. E, esta posição é alcançada tanto pela autonomia elucidada nos PPPs, quanto por seu *status* perante todas as classes que compõem a sociedade, tornando-se um elemento formador de seres capazes de colaborar para a construção de uma comunidade mais consciente.

Assim, é preciso que ocorra uma movimentação da comunidade escolar na busca pela construção democrática do PPP. Além disso, este documento necessita ser divulgado entre todos os envolvidos nos processos de ensino/aprendizagem e permanecer em constante atualização. Isto requer da escola ações mais intensas de capacitação dos profissionais (gestores, professores, secretários) e também momentos de diálogo em que alunos e comunidade possam contribuir nas questões educativas que envolvem o espaço escolar. Fomentar estas características faz com que a instituição se valorize, por integrar no seu PPP à realidade social próxima, e promova a cidadania, por meio de práticas que aplicam o saber escolar na resolução de problemas da comunidade.

4 CONSIDERAÇÃO FINAL

A educação para a cidadania ganha a cada dia maior visibilidade no cenário educacional. No ambiente socioeducativo, os Projetos Político-Pedagógicos são instrumentos que contribuem para a organização da escola, tanto em relação aos aspectos físicos quanto aos pedagógicos. Assim, este elemento escolar é um indicador das dificuldades ou possibilidades para a formação cidadã dos atores educacionais.

Os dados contidos nos PPPs estudados demonstram que os fatores de ordem socioeconômica presentes nas instituições escolares são responsáveis por provocar interferências no processo de ensino/aprendizagem, uma vez que podem ampliar ou reduzir as perspectivas relacionadas à construção dos projetos de vida dos alunos e, portanto, à cidadania destes. Minimizar os impactos negativos dessas desigualdades sobre a formação dos sujeitos é uma das tarefas cabíveis ao PPP. E, como discutido, o objetivo pode ser alcançado quando os princípios norteadores conduzem o trabalho pedagógico sob o âmbito democrático, orientando aulas baseadas no diálogo aberto dentro da sala de aula, organizando o currículo a partir da realidade do aluno e promovendo atividades escolares que estreitam as relações professor/aluno, escola/comunidade.

Diante do exposto reafirma-se que a construção de uma escola democrática e responsável pela formação emancipatória dos indivíduos será possível quando os princípios estabelecidos no PPP forem vivenciados de maneira real. Bem como, quando o PPP for elaborado de forma

democrática e existir a integração desse instrumento com a realidade local, ou seja, a escola se tornará um ‘agente’ de transformação social, por agregar às suas atividades internas valores de cidadania e assim, proporcionará aos seus alunos vivências em que se sintam valorizados como seres humanos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

RASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 03 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM). Parte III - Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias**. Brasília, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ciências Naturais. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)**. Brasília, 2013.

COSTA, Márcio da; BARTHOLO, Thiago Lisboa. Padrões de Segregação Escolar no Brasil: um estudo comparativo entre capitais do país. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1183-1203, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01183.pdf>. Acesso em: 04 maio 2019.

FEIGES, Maria Madselva. **Repensando o Projeto Político-Pedagógico da Escola Pública**: emancipador ou educação por excelência? Sem notas tipográficas. Disponível em: <http://www.ifil.org/Biblioteca/Feiges>.

htm. Acesso em: 04 mai. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 20. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 184, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GADOTTI, Moacir. **O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania**. 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4672890/mod_resource/content/1/PPP%20GADOTTI.pdf. Acesso em: 04 maio 2019.

GADOTTI, Moacir. Projeto Político Pedagógico da Escola Cidadã. *In*: BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Salto para o Futuro: Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico**. 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas, 2008

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf. Acesso em: 20 maio 2019.

KLEIN, Ana Maria; D'ÁGUA, Solange Lima. A Educação em Direitos Humanos nos Projetos Político-Pedagógicos das escolas de São Paulo. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 277-292, jan./mar. 2015. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n55/0101-4358-er-55-00277.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

PERRENOUD, Phillippe. **Escola e Cidadania – O papel da escola na formação para a democracia**. (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed, 2005.

RESENDE, Lúcia Maria Gonçalves de. **Paradigma – Relações de Poder – Projeto Político-Pedagógico**: Dimensões indissociáveis do fazer educativo. *In*: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14. ed., Papirus, 2005.

SANTIAGO, Anna Rosa Fontella; ZASSO, Silvana Maria Béle. Projeto Político-Pedagógico: a experiência de uma escola de periferia urbana na construção de sua identidade. *In*: VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14. ed. Papirus, 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14. ed. Papirus, 2005.

Recebido em: 02/07/2019
Aprovado em: 16/07/2020